

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.542.965 - RS (2019/0206322-2)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RS
ADVOGADO : ALEXANDRE IRIGOYEN DE OLIVEIRA - RS059567
AGRAVADO : CONSTRUTORA NUNES LTDA
ADVOGADOS : MAURI NASCIMENTO - SC005938
VILMAR COSTA - SC014256
JOSÉ VALÉRIO MADERS - SC027698
AGRAVADO : IPIRANGA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO : FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES - PR020738

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. NULIDADE DE DECISÃO ADMINISTRATIVA. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. DISPOSITIVO DA LEI 5.194/66. SÚMULAS 282 E 356/STF. ACÓRDÃO BASEADO EM FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RS em face de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão assim ementado:

DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. NULIDADE DE DECISÃO ADMINISTRATIVA. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. LEI Nº 9.784/99. HONORÁRIOS.

1. A ofensa ao princípio da legalidade estrita pela Administração inquina o ato administrativo a modo insanável, sendo irrelevante mesmo perquirir-se sobre a existência de prejuízo concreto ao administrado à declaração de sua nulidade;
2. Caso em que a decisão não se manifestou quanto aos argumentos apresentados pela autora em sua defesa, no sentido de que os quantitativos da obra resultavam de mais de uma medição emitida pelo DAER, limitando-se a acatar o alegado erro de digitação referida pela contratante Ipiranga Engenharia Ltda. Por outro lado, não foi oferecida a oportunidade de recurso. Logo, houve descumprimento ao disposto no artigo 2º, inciso X, e artigo 3º, artigo 50, VIII, e artigo 56, da Lei nº 9.784/99.
3. Conforme o § 8º do art. 85 do CPC, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.

Nas razões do recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo

Superior Tribunal de Justiça

constitucional, o recorrente aponta violação aos arts. 20, da Lei nº 5.194/66 e 2º, X, 3º, III, 50, VIII e 56, da Lei nº 9.784/99, sob o argumento de que o Tribunal de origem não ter reconhecido que o recorrente, ao analisar o ato administrativo, respeitou o devido processo administrativo oportunizando o contraditório e motivando a sua decisão.

A inadmissão do recurso especial se fez à consideração de que incide na espécie os óbices das Súmulas 83/STJ, 282 e 356 do STF, 211/STJ e 7/STJ.

Nas razões de agravo postula o processamento do recurso especial haja vista ter cumprido todos os requisitos necessários à sua admissão.

É o necessário relatar.

Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo a análise do especial.

A pretensão não merece acolhida.

Quanto à suposta ofensa ao artigo 20, da Lei nº 5.194/66, cumpre asseverar que o seu comando normativo não comporta exame no âmbito desta Corte de Justiça, porquanto ausente o necessário prequestionamento do tema.

Observa-se que não houve apreciação pelo Tribunal de origem sobre a referida tese recursal que fundamenta a alegada violação, o que impossibilita o julgamento do recurso neste aspecto, por ausência de prequestionamento, nos termos das Súmulas 282/STF e 356/STF, respectivamente: *“É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada”; “O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.”*

Registre-se que a parte recorrente não opôs embargos de declaração com o fim de obter um pronunciamento pelo Tribunal *a quo* a respeito da questão.

Efetivamente, para a configuração do questionamento prévio não é necessário que o Tribunal de origem mencione expressamente o dispositivo infraconstitucional tido como violado. Todavia, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não-preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso especial. Tal medida se justifica pelo simples fato de que não poderia o Tribunal de origem ter contrariado lei quanto a matéria que sequer tratou.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DIREITO DE FAMÍLIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 5º, 19 e 22 DO ECA. TRIBUNAL LOCAL QUE ENTENDEU COMO NÃO CONFIGURADO O ALEGADO ABANDONO AFETIVO GERADOR DE DANO MORAL, A PARTIR DAS PROVAS E FATOS COLIGIDOS AOS AUTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não ocorrendo o debate dos preceitos legais ditos violados pelo acórdão, e não opostos embargos de declaração pelo recorrente, têm incidência as Súmulas 282 e 356 do STF.

2. Nos termos da Súmula 7 desta Corte, não é possível, na via especial, a

Superior Tribunal de Justiça

revisão de acórdão que para decidir a lide, apoiou-se nas provas e fatos circunstanciados nos autos.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 811.059/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 27/05/2016)

Ademais, o Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos fático-probatórios dos autos, expressamente concluiu que houve ofensa aos princípios da ampla defesa e contraditório, impondo nulidade à autuação.

A propósito, os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 816/817 e-STJ), *verbis*:

(...)

No caso dos autos, verifica-se vícios de ordem formal (não oportunização de recurso e ausência de motivação), relacionados à ofensa aos princípios da ampla defesa e contraditório, ou, em sentido amplo, e ao princípio do devido processo legal inscrito no art. 5º, LV, da Constituição Federal, impondo a nulidade da autuação.

É necessário ressaltar que a conduta da Administração Pública deve sempre estar de acordo com os princípios gerais que lhe são afetos, tais como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (CF, art. 37, caput) e os específicos, como motivação, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e interesse público (Lei nº 9.784/99, art. 2º, caput).

(...)

O CREA alega que respeitou o devido processo legal, uma vez que teria oportunizado o contraditório ao intimar as empresas envolvidas a se manifestarem sobre as divergências dos atestados; bem como, assevera que não há falar em ausência de motivação, sendo suficiente para demonstração da nulidade do ato a expressa admissão de erro de datilografia pela empresa responsável pela emissão do atestado.

No entanto, a decisão não se manifestou quanto aos argumentos apresentados pela autora em sua defesa, no sentido de que os quantitativos da obra resultavam de mais de uma medição emitida pelo DAER, limitando-se a acatar o alegado erro de digitação referida pela contratante Ipiranga Engenharia Ltda. Por outro lado, não foi oferecida a oportunidade de recurso.

Nesse contexto, a revisão do entendimento adotado conforme a pretensão recursal de que o recorrente, ao analisar o ato administrativo, respeitou o devido processo administrativo oportunizando o contraditório e motivando a sua decisão, demandaria necessariamente em revolvimento das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, providência vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula nº 7 do STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

